



07 DE MARÇO DE 2017

Terça-feira

- ARTIGO: CARNAVAL ACABOU, É HORA DE TRABALHAR PELA REATIVAÇÃO DA ECONOMIA
- INVESTIMENTOS E INDÚSTRIA TÊM QUEDA E CONFIRMAM RETOMADA MAIS LENTA
- CORREÇÃO: INA CAI 0,7% EM JANEIRO ANTE ALTA DE 3,6% EM DEZEMBRO, DIZ FIESP
- TRANSPORTE AÉREO DE CARGAS EM JANEIRO CRESCE 6,9% ANTE JANEIRO DE 2016, DIZ IATA
- SUPERÁVIT DA BALANÇA COMERCIAL NA 1ª SEMANA DE MARÇO É DE US\$ 697 MILHÕES
- LEIS TRABALHISTAS DIFICULTAM GERAÇÃO DE EMPREGO, DIZ MAILSON DA NÓBREGA
- REFORMA TRIBUTÁRIA SERÁ IMPLEMENTADA EM TRÊS ETAPAS
- RODRIGO MAIA PROMETE A CENTRAIS ABRIR DIÁLOGO SOBRE GARANTIAS NA TERCEIRIZAÇÃO
- CORRUPÇÃO E MÁ GESTÃO NAS ESTATAIS AGRAVARAM A RECESSÃO
- PEUGEOT COMPRA UNIDADE DA GM NA EUROPA POR € 2,2 BILHÕES
- PARA FECHAR META, GOVERNO REAVALIA ELEVAR IMPOSTOS
- COM PIB FRACO, GOVERNO LANÇA NESTA TERÇA-FEIRA PACOTE DE 55 CONCESSÕES
- TEMER ASSUME ARTICULAÇÃO PARA APROVAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA E PROMOVE JANTAR
- SENADORES DE OPOSIÇÃO TEMEM BOICOTE DA CPI DA PREVIDÊNCIA
- LÍDER DO PT CRITICA IDADE MÍNIMA DEFENDIDA POR RELATOR DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- ESSENCIAL É QUE IDADE MÍNIMA DE 65 ANOS SEJA MANTIDA NA REFORMA, DIZ IFI
- COM PIB DE 1%, CORTE PREVISTO NO ORÇAMENTO CAIRIA PARA ATÉ R\$ 23,9 BI, DIZ IFI

- JUSTIÇA DO TRABALHO OBRIGA GOVERNO A DIVULGAR 'LISTA SUJA' DO TRABALHO ESCRAVO
- PIB DE 2016 DEVE TER QUEDA DE ATÉ 3,7% E CONFIRMAR PIOR RECESSÃO DESDE 1930
- DIRETORES DO BC REAFIRMAM ANTECIPAÇÃO DO CICLO DE DISTENSÃO MONETÁRIA
- EXPECTATIVA DE ARRECADAÇÃO PARA O ANO É POSITIVA, DIZ RACHID
- DEMANDA POR SERVIÇOS TEM LEVE MELHORA
- A MARCA SEMPRE É O MAIOR VALOR DE UMA EMPRESA
- PROCESSO DE FLEXIBILIZAÇÃO DEVE DIMINUIR CUSTO DE CRÉDITO, DIZ ILAN
- BC/ILAN: REFORMAS SERÃO DECISIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE DA DESINFLAÇÃO
- ÍNDICE DE SERVIÇOS DO BRASIL SOBE PARA 46,4 PONTOS
- VEJA DIFERENÇAS ENTRE FAZER UM PLANO DE NEGÓCIOS E UM PLANO DE EXPANSÃO
- CONSOLIDAÇÃO NA SIDERURGIA DEVE SER ALGO PONTUAL
- SP PROMETE ABRIR EMPRESA EM SETE DIAS A PARTIR DE ABRIL
- TOYOTA VÊ AUMENTO DE 5% EM VENDAS NA EUROPA EM 2017 COM FOCO EM MODELOS HÍBRIDOS
- GM MUDA FOCO PARA SER MENOS GLOBAL, MAS MAIS RENTÁVEL
- 10 ETAPAS SIMPLES PARA AMPLIAR O DESEMPENHO NA USINAGEM
- VOLVO CE INTRODUZ PRODUÇÃO COMPARTILHADA EM PEDERNEIRAS
- PSA FINANCE E BNP PARIBAS COMPRAM FINANCEIRA DA GM EUROPA
- CITROËN PROJETA ESTABILIDADE EM 2017 APÓS 1º BIMESTRE FRACO
- FORD TESTA IMPRESSÃO 3D PARA APLICAÇÃO FUTURA EM VEÍCULOS

CÂMBIO		
EM 07/03/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,117	3,117
Euro	3,294	3,295

Fonte: BACEN

Artigo: Carnaval acabou, é hora de trabalhar pela reativação da economia

07/03/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Pessoal, o Carnaval acabou na semana passada. E, como se costuma dizer no país que o ano começa depois do Carnaval, está na hora de trabalhar para cultivar com cuidado os primeiros sinais de reativação da economia.

Infelizmente, 13 milhões de brasileiros não poderão atender a esse chamado, porque estão desempregados. Então, pesa sobre os que têm emprego e renda, especialmente autoridades governamentais e políticos, a imensa responsabilidade de corrigir problemas que jogaram o país na maior recessão de sua história.

O Congresso aprovou a emenda constitucional que impõe um teto para os gastos públicos. Foi uma boa decisão para impedir a elevação do endividamento, mas o teto será inútil se algumas reformas adiadas há anos não forem feitas.

Há que aprovar a reforma da Previdência. O tema é polêmico, mas a dimensão do deficit nessa área exige providências urgentes —no ano passado, cresceu 44% e atingiu R\$ 316 bilhões.

O buraco da Previdência aumentou dessa forma não apenas por causa da legislação mas também em razão da queda de receita provocada pela recessão, que tirou milhões de pessoas do mercado de trabalho e, conseqüentemente, da condição de contribuintes.

A maior responsabilidade pelo aprofundamento da recessão, porém, é da política absurda de juros. Ela desestimula investimentos, impede o funcionamento saudável de sistema de crédito e aumenta os gastos do governo. No ano passado, a União gastou R\$ 407 bilhões para pagar juros da dívida.

Esse sistema malévolos, portanto, também precisa de reforma: de mentalidade. O país está impregnado por um rentismo que eleva sem constrangimento algumas taxas do sistema financeiro para mais de 400% ao ano, algo que virou piada global.

Aliás, em janeiro, o spread bancário, que é a diferença entre o custo de captação e a taxa média cobrada pelos bancos, subiu dois pontos percentuais, para 41,7 pontos.

Isso ocorreu a despeito da estabilidade na inadimplência e da queda da taxa básica, a Selic. Um ministro do governo Temer considerou que "o Brasil tem poucos bancos", sugerindo falta de concorrência.

As duas reformas citadas acima são as mais importantes neste pós-Carnaval. Há que enfrentar também o aprimoramento da legislação trabalhista, que remonta aos anos 1950 e engessa as relações entre empregados e empregadores, com aumento do custo Brasil e redução da competitividade das exportações.

No comércio exterior, o câmbio já faz estragos. A valorização do real, de 20% em 12 meses, começou a inviabilizar exportações de manufaturados. A taxa não pode continuar solta como está, sob pena de comprometer um dos poucos resultados positivos do ano passado, quando as vendas externas geraram superavit de US\$ 47,7 bilhões, um recorde.

A reforma tributária é esperada para simplificar e aliviar a carga de impostos. A política, depois de seguidos escândalos de corrupção, tem de entrar em pauta. As reformas mais urgentes, entretanto, são aquelas que podem ajudar a recolocar o país em expansão econômica, com geração de empregos.

Há duas formas de o Brasil retomar o crescimento: com incentivo ao consumo ou com investimento pesado em infraestrutura.

Nos dois casos, o acesso ao crédito com juros civilizados é fundamental e isso exige, de fato, uma reforma de mentalidade. Não adianta espernear, esses são os caminhos a seguir. Ou iremos mais para trás.

(Benjamin Steinbruch- empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp).

Investimentos e indústria têm queda e confirmam retomada mais lenta

07/03/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Esperança para a retomada da economia, os investimentos e o setor industrial não melhoraram no fim do ano passado e fecharam 2016 em queda, divulgou o IBGE nesta terça-feira (7).

Os dados constam do detalhamento do PIB do ano passado, que registrou queda de 3,6%.

O investimento recuou 1,6% no último trimestre do ano passado —resultado menos negativo do que a queda de 3,1% registrada no terceiro trimestre.

No ano, a queda acumulada foi de 10,2%% —em 2015, ano em que o país entrou oficialmente em recessão, o investimento havia caído 14,1%.

Além da queda em valores absolutos, houve recuo também na proporção do investimento em relação ao PIB. A taxa encerrou o ano em 15,4%, percentual mais baixo do que o verificado em 2015, de 18,2%.

Já era esperado que a economia não apresentasse importante recuperação no final do ano passado, ao contrário do que apontavam as expectativas assim que se anunciou a mudança de governo. Ao longo do final do ano passado, os analistas calibraram as expectativas de recuperação somente para o segundo trimestre deste ano.

O corte dos juros, que teve início em outubro, ainda não se refletiu em melhora na produção ou no consumo no país, apontam analistas.

"Cortar os juros não implica necessariamente em elevação do investimento, uma vez que, se a perspectiva de vendas permanecer baixa por causa da queda da demanda, dificilmente os empresários irão investir", afirma o economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito, em relatório divulgado nesta segunda, antes do anúncio do PIB.

INDÚSTRIA

A indústria brasileira encolheu 3,8% em 2016. No ano anterior, já havia recuado 6,2%. Também no setor, não foi verificada retomada no último trimestre do ano —houve queda de 2,4% em relação ao mesmo período de 2015. No terceiro trimestre, a variação negativa havia ficado em 1,3%.

O desempenho da indústria está diretamente ligado ao recuo dos investimentos. Em crise desde meados de 2014, a indústria demitiu e reduziu sua produção. Fábricas e linhas de montagem foram fechadas, o que elevou a chamada capacidade ociosa da indústria.

Essa capacidade seria um dos entraves ao investimento. Os empresários estariam aguardando uma melhora na economia para retomar seus níveis de produção.

"O segundo problema é que mesmo que estes empresários quisessem investir, a ociosidade do setor nunca esteve tão elevada", disse Perfeito.

Correção: INA cai 0,7% em janeiro ante alta de 3,6% em dezembro, diz Fiesp

07/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O texto enviado anteriormente continha uma incorreção. O Nuci é medido em porcentagem e não em número de pontos, como constou. Segue abaixo a versão corrigida:

O indicador de nível de atividade (INA) da indústria paulista caiu 0,7% em janeiro com ajuste sazonal, após alta de 3,6% em dezembro. A informação foi divulgada nesta segunda-feira, 6, pela Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp). Sem ajuste sazonal, o indicador registrou queda de 3,0% em janeiro ante o mesmo mês de 2016. Já no acumulado de 12 meses finalizados em janeiro, o INA recuou 8,3%.

O diretor do Depecon, Paulo Francini, pondera que os dados do primeiro mês deste ano não anulam o saldo de dezembro. "É natural que se passe por uma situação de alta e baixa.

Temos uma tendência de lenta recuperação para o primeiro semestre, com essa melhora sendo acentuada a partir do segundo semestre", estima, em nota. Francini acrescenta que aguarda crescimento de 1,2% na atividade industrial em 2017.

Conforme a Fiesp, todos os indicadores de conjuntura que compõem o INA apresentaram queda em janeiro, com destaque para o total de vendas reais, que mostrou declínio de 1,3%. Este segmento foi o que teve a maior influência na formação do resultado negativo do INA no primeiro mês do ano, segundo a Fiesp. As horas trabalhadas na produção recuaram 0,8%.

Em relação ao uso da capacidade instalada, o nível médio de utilização em janeiro ficou em 75,4%, ficando praticamente estável em relação a dezembro (75,7%). O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) estava em 75,6% em janeiro de 2016.

Sensor

A pesquisa Sensor que tenta antecipar o resultado do mês corrente fechou em 50,6 pontos em fevereiro, na série sem influências sazonais. Em janeiro, havia atingido 49 pontos. Esse resultado sinaliza discreta melhora da atividade industrial no mês, já que ficou acima da marca de 50 pontos.

De acordo com a Fiesp, o dado superior a 50 pontos é o primeiro resultado apresentado depois de uma sequência de três anos no patamar inferior a esse nível, com ajuste sazonal.

A abertura do Sensor mostra melhora nas condições do mercado de trabalho (de 49,4 pontos em janeiro para 51,9 pontos em fevereiro), nas vendas, cuja pontuação passou de 51,3 pontos para 55,2 pontos, e no indicador de mercado (de 52,5 pontos para

51,5 pontos). “A expectativa de um ciclo de redução mais intenso da taxa básica de juros (Selic) vai beneficiar o desempenho da indústria”, afirma Francini.

Transporte aéreo de cargas em janeiro cresce 6,9% ante janeiro de 2016, diz Iata

07/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

A demanda global por transporte aéreo de cargas, apurada em toneladas-quilômetro transportadas (FTK), cresceu 6,9% em janeiro de 2017 em relação ao mesmo período de 2016, de acordo com informações divulgadas nesta segunda-feira, 6, pela Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata, na sigla em inglês).

“Apesar de menor que a alta recorde de 10% registrada em dezembro de 2016, o resultado ainda está bem acima da taxa anual média de crescimento nos últimos cinco anos, de 3%”, diz a entidade, em nota.

Já a oferta global por transporte aéreo de cargas, medida em toneladas-quilômetro disponíveis (AFTK), aumentou 3,5% em janeiro deste ano na comparação com o mesmo mês do ano passado. Com isso, a taxa de ocupação global das aeronaves para o transporte de carga chegou a 42,1%, uma alta de 1,3 ponto porcentual (p.p.) em um ano.

Desempenho regional

Ao analisar o desempenho do transporte aéreo de cargas por região – a Iata separa os mercados globais em África, Ásia/Pacífico, Europa, América Latina, Oriente Médio e América do Norte -, a entidade destaca que todas as áreas, exceto a América Latina, tiveram um aumento na demanda no primeiro mês do ano.

No países latino-americanos, a demanda por transporte aéreo de cargas recuou 4,1% na comparação com janeiro de 2016, enquanto a oferta diminuiu 1,4%. Desta maneira a taxa de ocupação para o transporte de cargas diminuiu 0,8 p.p., chegando a 28,5%. Em nota, a Iata diz que a região continua a ser afetada pela fraqueza econômica e instabilidade política.

O maior crescimento na demanda por transporte de cargas em janeiro foi verificado na África, com uma alta de 24,3% na base anual, seguida pela Europa (+8,7%), Oriente Médio (+8,4%), América do Norte (+6,1%) e Ásia/Pacífico (+6%).

Superávit da balança comercial na 1ª semana de março é de US\$ 697 milhões

07/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Com apenas três dias úteis, a primeira semana de março (1 a 5) registrou um superávit comercial de US\$ 697 milhões. O saldo positivo é resultado de exportações de US\$ 2,403 bilhões e importações de US\$ 1,705 bilhão.

Houve crescimento de 10,2% nas vendas ao exterior em relação a março de 2016, principalmente pelo desempenho dos produtos básicos (+19,9%). As exportações de semimanufaturados subiram 1,4% e as de manufaturados ficaram praticamente estáveis em 0,3%.

As importações subiram 8,2%, com alta nos gastos com bebidas e álcool (+203,2%), siderúrgicos (+54,3%), plásticos e obras (+51,4%), equipamentos eletroeletrônicos (+44,2%) e veículos automóveis e partes (+21,5%).

Em 2017, a balança comercial acumula superávit de US\$ 7,976 bilhões, resultado de exportações de US\$ 32,784 bilhões e importações de US\$ 24,807 bilhões.

Leis trabalhistas dificultam geração de emprego, diz Mailson da Nóbrega

07/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria Integrada Mailson da Nóbrega criticou a rigidez das leis trabalhistas brasileiras na abertura do evento Fóruns Estadão, que nesta segunda-feira, 6, trata do equilíbrio entre os poderes. Segundo ele, a legislação atual dificulta a geração de emprego. A razão para isso é que os trabalhadores são considerados hipossuficientes, o que não é verdade, até porque o País tem sindicatos e centrais sindicais fortes.

“O Brasil é o único País em que a justiça trabalhista pode fazer leis. Ela é geradora de conflitos e reduz a produtividade e a competitividade da economia nacional ao invés de proteger trabalhadores”, completa o ex-ministro.

Falando sobre o costume brasileiro de desrespeito aos contratos, ele ainda disse que os juízes têm dificuldades de entender o conceito básico do orçamento de que não se gasta se não houver receita. “Em nome da justiça social, juízes decidem que podem se interpor a leis e contratos e isso justifica os grandes spreads bancários brasileiros.”

Mailson ainda criticou o inchaço do funcionalismo público do judiciário brasileiro. “No Brasil, há 205 funcionários do Judiciário para cada 100 mil habitantes, enquanto no Chile e na Colômbia são 52. Por isso, o Estado custa 1,3% do PIB no Brasil e 0,2% nesses outros países”, diz.

O ex-ministro ainda defendeu o projeto de terceirização: “há que se proteger trabalhadores terceirizados, mas não lutar contra a terceirização”.

Reforma tributária será implementada em três etapas

07/03/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O presidente Michel Temer decidiu encampar a proposta da equipe econômica e implementar uma reforma tributária em etapas por meio de duas medidas provisórias e uma resolução do Senado.

A ideia é começar alterando as regras da contribuição para o PIS neste mês e mudar a legislação da Cofins até junho, por meio de medidas provisórias enviadas ao Congresso. Com a medida provisória, a intenção é acelerar a entrada em vigor das regras.

O objetivo do governo é simplificar as regras dos dois tributos, mas sem alterar a carga tributária, para preservar ao máximo a arrecadação.

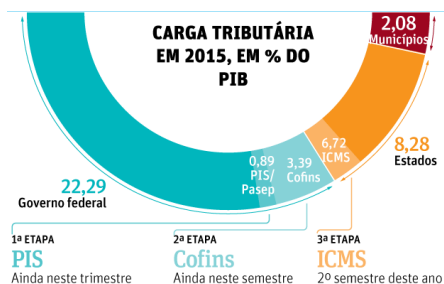
Em 2016, o PIS representou cerca de 4% da arrecadação federal. A Cofins, 16%.

Para evitar choques na arrecadação, a equipe econômica decidiu priorizar o PIS.

Hoje, existem cerca de 30 alíquotas para o PIS porque, desde 2002, quando ele sofreu uma reforma, diversos setores pressionaram o governo para recolher menos.

O que está em estudo neste momento pela equipe econômica é a definição de duas novas alíquotas para substituir todas as outras.

O governo fará um teste inicial para ver o que acontecerá com a arrecadação depois de implementada essa medida. Só então tratará da Cofins, que também deve passar pela simplificação de alíquotas.



Outra proposta é estender para todos os contribuintes a possibilidade de geração de créditos tributários de PIS/Cofins na compra de insumos. Hoje, isso só é possível para uma parcela dos contribuintes, com regras consideradas confusas e que geram contestações na Justiça.

Caso as medidas tributárias sejam implementadas integralmente, estima-se que o PIB ficaria 5% maior (em valor) ao longo de uma década.

"A intenção [da equipe de Temer] é positiva", diz o economista Bernard Appy, diretor do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal) e ex-secretário de Política Econômica durante o governo Lula.

Um estudo do CCiF mostra que o PIB poderia ser 10% maior em uma década caso o governo fizesse uma reforma ampla do sistema tributário.

ICMS

No segundo semestre, o governo quer iniciar a reforma do ICMS priorizando o combate à chamada guerra fiscal.

O governo deve enviar ao Senado uma proposta para reduzir as alíquotas cobradas nas operações comerciais entre os Estados para 4%. Hoje, essa alíquota é de 12% para quase todos os Estados do Sul/Sudeste. No Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo, ela é de 7%.

Para o secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte e coordenador do Confaz (conselho dos secretários estaduais), André Horta, para levar a ideia adiante, o governo terá de compensar os Estados que serão mais prejudicados com a queda na arrecadação.

A ex-presidente Dilma Rousseff tentou levar essa medida adiante e pensou em criar um fundo com dinheiro público. "Há dinheiro?", questiona Horta. "O deficit do governo federal é grande. Naquela época [governo Dilma], os Estados estavam em boa situação financeira. Mesmo assim o projeto não passou."

Rodrigo Maia promete a centrais abrir diálogo sobre garantias na terceirização

07/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), prometeu nesta segunda-feira, 6, às centrais sindicais abrir diálogo para estabelecer "garantias" aos trabalhadores

terceirizados no projeto que regulamenta a terceirização a ser votado pelo Congresso Nacional nos próximos meses. “(Prometi) diálogo, sim”, disse Maia ao Broadcast Político, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, após se reunir com representantes da CUT, Força Sindical, CSB, Nova Central e CTB.

Um dos participantes do encontro, o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Juruna, afirmou que as centrais pediram a Maia para não deixar de incluir, no projeto que será votado na Câmara, as garantias aos trabalhadores terceirizados que estavam previstas em outra proposta sobre terceirização aprovada pelos deputados em abril de 2015, durante a gestão do hoje deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) como presidente da Casa.

A pedido do governo, os atuais presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), decidiram rejeitar o projeto aprovado na gestão Cunha sobre terceirização e votar proposta do Executivo sobre o tema que estava parada há 19 anos no Senado. O projeto, considerado menos rigoroso, foi apresentado em 1998, mas só foi aprovado pelos senadores em 2002, sob a relatoria do senador Romero Jucá, novo líder do governo no Senado.

“Estávamos preocupados com a votação do projeto do Senado. Achamos por bem, então, conversar e propor um tempo maior de 30 dias para tentar uma solução de incorporar a esse projeto que será votado (de 1998) as garantias que estão previstas no projeto de 2015. Esse projeto de 1998 não foi debatido com ninguém”, afirmou Juruna em entrevista após a reunião com Maia, que não constava na agenda oficial do deputado do DEM.

Corrupção e má gestão nas estatais agravaram a recessão

07/03/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Em três anos, empresas da União cortaram pela metade os investimentos – que antes foram inflados por superfaturamentos e maus projetos



A corrupção e a má gestão em estatais federais, em especial na Petrobras, não são as únicas razões para a pior recessão da história. Mas ajudam a explicar uma parte importante da crise.

Na esteira das revelações feitas a partir de 2014 pela Operação Lava Jato, a petroleira – responsável por mais de 80% dos investimentos das estatais – reduziu, suspendeu ou abandonou uma série de projetos. A Eletrobras, que vinha perdendo receita desde a controversa renovação das concessões do setor elétrico, também foi alcançada pelas investigações. E, assim como as demais estatais, não pôde contar com o socorro do governo, que passou os últimos anos às voltas com sua própria – e gigantesca – crise de caixa.

Tudo somado, os investimentos das companhias controladas pela União caíram pela metade nos últimos três anos, arrastando consigo fornecedores de todo tipo, num efeito em cascata que derrubou o investimento produtivo e a economia como um todo.

No ano passado, as estatais federais investiram R\$ 56,4 bilhões, 30% menos que no ano anterior e 50% abaixo do pico de R\$ 113,5 bilhões de 2013, segundo dados do Ministério do Planejamento. Em relação ao tamanho da economia, os desembolsos dessas companhias caíram do equivalente a 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2013 para apenas 0,9% do PIB em 2016 – o menor nível em 15 anos.

As sequelas desse tombo aparecem na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede o investimento produtivo feito no país. No mesmo intervalo de três anos, ela desabou de 20,9% para 16,7% do PIB. A economia toda saiu menor dessa história: do fim de 2013 para cá, o PIB encolheu algo próximo a 7%.

Números como esses já fizeram muito analista cair na tentação de culpar a Lava Jato pela recessão. A questão é que os investimentos só caíram tanto porque antes estavam altos demais, inflados por superfaturamentos, projetos ruins e uso político das estatais. Práticas que levaram à explosão do endividamento dessas empresas, que agora cortam gastos e tentam vender ativos menos rentáveis.

Desperdício

Um exemplo entre tantos está nas refinarias “premium” que a Petrobras pretendia construir no Maranhão e no Ceará. Ambas foram canceladas em 2015, quando a petroleira finalmente admitiu que elas jamais dariam retorno. Antes, no entanto, a companhia gastou quase R\$ 600 milhões na terraplenagem da área de 20 quilômetros quadrados que abrigaria a refinaria do Maranhão. Um dinheiro contabilizado como investimento, que gerou empregos e entrou nas contas da FBCF e do PIB. Mas que, a rigor, não serviu para nada.

“Houve um momento em que os investimentos aumentaram muito. Mas a produtividade deles caiu dramaticamente. E uma das hipóteses para isso é exatamente a má alocação do capital, o desperdício enorme que tivemos”, diz o economista Cláudio Frischtak, presidente da InterB, uma consultoria especializada em infraestrutura.

Outra refinaria, a de Pernambuco, foi orçada em US\$ 2,5 bilhões, mas já consumiu US\$ 19 bilhões e, oito anos após o início da construção, está longe de ficar pronta. A estatal venezuelana PDVSA, que seria parceira da Petrobras, pulou fora do projeto e deixou todo o prejuízo na mão da “irmã” brasileira.

“Foi muito dinheiro jogado pelo ralo, não só por corrupção, mas por falta de gestão, processos mal administrados, feitos apressadamente, sem um estudo adequado de viabilidade econômica”, diz Alberto Machado, professor da Fundação Getúlio Vargas e diretor da área de petróleo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Para ele, não havia como erguer a refinaria pernambucana por menos de US\$ 7 bilhões. “Estimaram um investimento menor apenas para poder tocar o projeto adiante”, diz.

Empresas devem investir mais em 2017, mas não voltarão aos níveis recordes

O Ministério do Planejamento projeta que as estatais federais vão investir R\$ 86,3 bilhões neste ano, o equivalente a 1,33% do PIB, pelas estimativas da pasta. Números melhores que os de 2016, mas muito inferiores aos de alguns anos atrás.

A tendência, segundo especialistas, é de que Petrobras e Eletrobras – com desembolso esperado de R\$ 81,3 bilhões em 2017, segundo o Planejamento – passem a investir mais conforme consigam reduzir seu endividamento, mas sem retornar aos patamares recordes.

“Não vejo nenhuma perspectiva de que as estatais voltem a investir o que investiram no passado, a começar porque estão muito endividadas. As novas gestões da Petrobras e da Eletrobras sabem da premência de reduzir esse endividamento, e estão trabalhando para isso”, diz Cláudio Frischtak, da consultoria InterB. “Além disso, os investimentos não voltarão a ser tão altos porque a irresponsabilidade do passado não deve voltar. Ao menos eu espero que não volte.”

Para Alberto Machado, professor da FGV, a Petrobras pode voltar, aos poucos, a ser uma empresa “normal”. “Aquela época [de investimentos recordes] é que era anormal. Gastou muito dinheiro e não foi para a frente”, diz.

Fim de uma era

O investimento das estatais federais, que chegou a superar 2% do PIB há alguns anos, despencou de **2014 para cá. O desembolso feito em 2016 foi o menor em 15 anos.**

Peugeot compra unidade da GM na Europa por € 2,2 bilhões

07/03/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Negócio inclui seis fábricas e cinco unidades de produção de componentes e torna o grupo francês o segundo maior da União Europeia



O grupo francês PSA anunciou nesta segunda-feira (6) um acordo com a General Motors (GM) para comprar sua filial europeia de automóveis, proprietária da Opel e da Vauxhall, por € 1,3 bilhão, o que criará a segunda maior montadora europeia. Além da compra das duas marcas, a PSA também vai adquirir, junto ao banco francês BNP Paribas, a filial financeira europeia da GM por € 900 milhões, informa um comunicado.

O negócio marca a saída da General Motors da Europa após uma década de perdas na região. A PSA, que comercializa as marcas Peugeot, Citroën e DS e deseja que a Opel e a Vauxhall voltem a ser rentáveis em 2020, registrou em 2016 um lucro de € 2,15 bilhões.

“Aproveitando o acordo frutífero alcançado com a GM, a PSA espera que a Opel/Vauxhall alcance uma margem operacional de 2% em 2020 e de 6% em 2026”, indica o comunicado.

A compra inclui seis fábricas e cinco unidades de produção de componentes, onde trabalham quase 40 mil pessoas. A divisão europeia da GM acumula perdas de US\$ 15 bilhões nos últimos 16 anos (US\$ 257 milhões apenas em 2016).

A PSA também garantiu que pretende manter os planos de previdência dos funcionários do grupo, com exceção de alguns casos na Alemanha.

Com a aquisição, a Peugeot reforçará sua fatia de mercado na Europa em mais de 6 pontos percentuais, para cerca de 16%. Com isso, superará a rival francesa Renault e ficará em segundo lugar, atrás apenas da Volkswagen, que tem 24% do mercado no continente.

Para fechar meta, governo reavalia elevar impostos

07/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

A alta de impostos voltou a ser avaliada pelo governo como uma alternativa, ao longo deste ano, para elevar a arrecadação e garantir o cumprimento da meta fiscal. Nesta terça-feira, 7, a divulgação do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas do País) do quarto trimestre de 2016 e o saldo de todo o ano passado servirá de base para a definição do planejamento orçamentário de 2017.

A auxiliares, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, vem repetindo que fará o corte “que for necessário” no orçamento para garantir a meta deste ano, um déficit de R\$ 139 bilhões. Por enquanto, a alta de impostos é apenas uma possibilidade e não deve ser incluída nos cálculos de receitas e despesas do governo.

Mas, se for necessário, a equipe econômica não hesitará em lançar mão, ao longo do ano, da medida mais drástica de alta de tributos para fechar as contas.

Nesta terça, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga o saldo das contas nacionais de 2016 que, pelas expectativas do mercado, foi negativo em 3,6%, conforme pesquisa feita pelo Projeções Broadcast com 48 instituições financeiras.

Apesar disso, o governo aposta que a retomada econômica começou agora, no primeiro trimestre, e se consolidará a partir do segundo trimestre, o que seria o primeiro indicador do fim da recessão.

Será esta a linha mestra das participações do ministro Henrique Meirelles e do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, no G-20, em Baden Baden, na Alemanha, na semana que vem. Dois trimestres consecutivos de resultados positivos é a premissa básica para atestar o fim de um período recessivo. Mas, somente no final de maio será conhecido o resultado oficial do primeiro trimestre.

Saldo

Meirelles já instruiu sua equipe a balizar os cálculos orçamentários de 2017 sem abrir mão, em nenhum centavo, do saldo previsto para o resultado primário. O anúncio do corte orçamentário será feito no próximo dia 22, com o envio ao Congresso do relatório de avaliação de receitas e despesas. Há pressão da ala política do governo para que seja incluída no relatório uma previsão de crescimento do PIB mais otimista, o que permitiria um corte menor.

“Não há dúvida que vamos cumprir a meta fiscal”, disse uma fonte da equipe econômica. O ministro Meirelles orientou a equipe a não fazer estimativas de corte antes da revisão definitiva do PIB.

O Orçamento foi elaborado com projeção do crescimento do PIB de 1,6% e, no fim do ano passado, a projeção oficial da Fazenda estava em 1%. Outro problema para o governo é o impacto negativo da queda mais acelerada da inflação nas receitas que também terá que ser administrado. Já se sabe que a previsão de receitas com concessões e venda de ativos vai cair. As últimas previsões apontam para uma queda de R\$ 10 bilhões.

O governo, no entanto, espera uma boa performance da segunda etapa do programa de repatriação de recursos não declarados ao exterior, muito semelhante a do ano passado. A parte que coube à União com o programa foi de R\$ 23 bilhões. A Fazenda também conta com o reforço do leilão de áreas de petróleo no pré-sal no fim do ano e do regime de regularização tributária.

A preocupação da área econômica é de que este início de retomada alimente uma pressão política para um corte menor no Orçamento, como ocorria no governo Dilma

Rousseff, quando as estimativas de receitas eram superestimadas para acomodar as despesas.

Com PIB fraco, governo lança nesta terça-feira pacote de 55 concessões

07/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Em busca de um contraponto para a crise política e a queda do Produto Interno Bruto (PIB), o governo anuncia nesta terça-feira, 7, um pacote de 55 concessões que passarão a integrar a carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A lista terá uma novidade: a privatização de 15 companhias de saneamento estaduais. E traz um novo instrumento para tentar destravar investimentos em concessões de rodovias, que poderá passar pelo fim antecipado dos atuais contratos.

Dos 55 projetos que passarão a integrar o PPI, 35 são linhas de transmissão, com investimentos estimados em R\$ 12,7 bilhões, que já estavam na programação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Elas deverão ser licitadas em abril e vencerá aquele que se comprometer a cobrar a menor tarifa. No caso das estaduais de saneamento, a ideia é trazer algum alívio para a crise financeira dos Estados – mas as privatizações dependem de aprovação das assembleias. Também entraram para a lista uma rodovia, a BR- 101, em Santa Catarina, e quatro terminais portuários.

Uma das principais novidades do pacote é a solução encontrada para se superar um impasse que se arrasta há pelo menos dois anos: a autorização para novos investimentos em rodovias já concedidas. Os atuais concessionários querem fazer obras não previstas nos contratos. Por isso, pediram uma renovação antecipada, incluindo as melhorias. Essa medida foi barrada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), porque os contratos originais não previam a hipótese de renovação.

Para contornar esse impasse, o governo vai propor a relicitação antecipada do contrato. Ou seja, os atuais contratos podem acabar antes do previsto. Como isso será feito, ainda não foi decidido. A intenção é, nesta terça, anunciar os estudos para dizer como essa solução será concretizada em três concessões: Nova Dutra, Rio-Teresópolis (CRT) e Rio-Juiz de Fora (Concer).

Pelo fim antecipado do contrato, o atual concessionário deverá ser indenizado. Mas os estudos poderão recomendar a adoção de regras que facilitarão a que ele próprio saia vencedor da relicitação.

O Conselho do PPI vai discutir ainda a renovação antecipada de sete terminais portuários e cinco ferrovias. Conforme mostrou o Estado há duas semanas, os investimentos para aumentar a capacidade nas malhas ferroviárias poderão atingir os R\$ 25 bilhões.

É possível, também, que o governo anuncie a antecipação do processo de concessão da Ferrogrão. Inicialmente previsto para o segundo semestre, o edital pode ser publicado em abril. A ferrovia passa paralela à BR-163, entre o Mato Grosso e o Pará, justamente no trecho onde atualmente caminhões enfrentam atoleiros, pois a via não é asfaltada.

Conselhão

A agenda positiva elaborada pelo Planalto engloba também uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), na qual o presidente Temer receberá sugestões para a melhoria do ambiente de negócios no Brasil.

A principal proposta nessa área é aumentar a segurança jurídica, disse José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) e relator do grupo de trabalho que tratou do tema.

“A legislação deve ser do Estado, e não de um governo”, afirmou. O grupo também pedirá ao governo a simplificação tributária, com a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal.

Temer assume articulação para aprovar reforma da Previdência e promove jantar

07/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Assim como fez para aprovar a proposta que instituiu um teto aos gastos públicos no ano passado, o presidente Michel Temer assumiu a frente da articulação política do governo para garantir a aprovação da reforma da Previdência. Na noite desta segunda-feira, 6, o peemedebista está promovendo um jantar no Palácio da Alvorada com ministros e líderes da base aliada para discutir o tema.

Na última semana, o governo montou uma ofensiva para garantir que a proposta passe com uma maioria folgada tanto na comissão especial como no plenário da Câmara. O jantar desta segunda faz parte dessa estratégia, já que deputados da própria base têm criticado o texto enviado pelo governo.

Além de deputados de legendas aliadas, participam do encontro os ministros Henrique Meirelles (Fazenda), Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo) e Dyogo de Oliveira (Planejamento).

Os novos líderes do governo também estão no jantar: os deputados André Moura (PSC-SE), líder do governo no Congresso; Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), líder do governo na Câmara; Lelo Coimbra (PMDB-ES), líder da maioria na Câmara; e o senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado. Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), também estão no Alvorada.

Senadores de oposição temem boicote da CPI da Previdência

07/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Senadores que se mobilizaram pela abertura da CPI da Previdência temem que a base do governo boicote a comissão. Apesar de terem reunido mais do que o número necessário de assinaturas para abrir o colegiado, senadores de oposição acreditam que partidos da base podem pressionar pela retirada de nomes e atrasar a indicação de membros para inviabilizar a CPI.

Com a reforma da Previdência enviada por Michel Temer já em discussão na Câmara, o senador Paulo Paim (PT-RS) quer apurar desvios de verbas, fraudes, sonegações e outras irregularidades nos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ele acredita que a argumentação do governo de que há déficit na Previdência é falsa.

Líder do PT, a senadora Gleisi Hoffmann (PR) afirmou que um dos desafios que a CPI pode enfrentar é a indicação de nomes para compor o colegiado. De acordo com o regimento, cabe ao líder de cada partido indicar parlamentares da bancada para participar da CPI. A senadora teme que líderes aliados do governo não façam as indicações com o intuito de atrasar a instalação da comissão.

“Vamos precisar que os partidos indiquem os membros. Espero que PSDB, PMDB e partidos da base indiquem os seus senadores para fazer parte da CPI”, afirmou. Gleisi defende que, se há de fato estouro no caixa da Previdência, como informa o governo, o ideal é que esses números sejam revelados pela CPI.

Na base do governo Temer, o líder do PSDB, senador Paulo Bauer (SC), disse que pretende usar os 30 dias previstos no regimento para indicar senadores tucanos para o colegiado.

“Vamos avaliar, no prazo, os nomes que deverão integrar a CPI”, disse. Até a tarde dessa segunda-feira, 6, Paim reuniu 29 assinaturas para instalar a CPI da Previdência. Diferentemente da Câmara, onde a abertura do colegiado passa pelo crivo do presidente da Casa, no Senado, basta que 27 senadores subscrevam o documento de pedido de abertura da CPI.

Paim contou com o apoio de pelo menos dez governistas para abrir a CPI. Lasier Martins (PSD-RS), Ana Amélia (PP-RS), Romário (PSB-RJ), José Maranhão (PSD-MT), Magno Malta (PR-ES), Elmano Férrer (PMDB-PI), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Dario Berger (PMDB-SC), Ivo Cassol (PP-RO) e José Maranhão (PMDB-PB) subscreveram o documento. Outros senadores que costumam votar com o governo, como Reguffe (sem partido-DF), Cristovam (PPS-DF) e Roberto Muniz (PP-BA) também apoiaram a abertura da CPI.

Já na semana passada, Paim denunciou que senadores da base aliada estariam sofrendo pressão do governo Temer para retirar a assinatura. “Infelizmente há alguns que, quando o governo pressiona, mudam de posição”, disse. O senador Sérgio Petecão (PSD-AC), que assinou o documento, chegou a rasurá-lo depois para retirar sua assinatura. (Colaborou Julia Lindner)

Líder do PT critica idade mínima defendida por relator da Reforma da Previdência

07/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O líder do PT na Câmara, deputado Carlos Zarattini (SP), reagiu na tarde desta segunda-feira, 6, à defesa do relator da Reforma da Previdência, Arthur Maia (PPS-BA), sobre a idade mínima de 65 anos para aposentadoria. O petista disse que há regiões no País onde o trabalhador sequer atinge essa idade. “Como podemos admitir uma idade mínima tão alta para o padrão de idade média do brasileiro?”, questionou o parlamentar.

Mais cedo, o relator disse que há base para aprovar a reforma na Câmara e apoiou a idade mínima sugerida pelo Executivo. “Não dá para pensar em não ter idade mínima de 65 anos de jeito nenhum”, disse, ao deixar o Ministério da Fazenda, em Brasília, após reunião com o ministro Henrique Meirelles. O deputado do PT disse que a proposta de idade mínima não tem “pé nem cabeça”.

Zarattini atacou a pressa do governo para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC). O petista afirmou que a proposta vai impedir que milhões de brasileiros se aposentem no futuro e vai reduzir o valor do benefício de quem conseguir se aposentar. “Acho um verdadeiro absurdo querer fazer essa discussão à toque de caixa e querer passar o rolo compressor”, declarou.

O líder petista disse que haverá mobilização em várias cidades contra a proposta a partir de quarta-feira, 8, Dia Internacional da Mulher, uma vez que as mulheres, na visão do deputado, serão muito prejudicadas com a reforma.

O líder do DEM na Casa, Efraim Filho (PB), ressaltou que a proposta do governo sofrerá mudanças e que o Parlamento está disposto a ouvir opiniões. “O texto do governo é uma espinha dorsal, mas não pode ser imune a qualquer tipo de debate sobre pontos que podem ser aperfeiçoados”, declarou. Efraim disse que a reunião do presidente Michel Temer com líderes da base aliada hoje visa discutir uma estratégia política para que “a mensagem correta” sobre a Reforma da Previdência chegue a sociedade.

Zarattini também criticou a tentativa do governo de aprovar medidas na área econômica com a mesma pressa e declarou oposição à inclusão na pauta do projeto de lei sobre terceirização, apresentado em 1998. Zarattini disse que a oposição vai

obstruir a matéria. "Esse projeto é muito antigo e o governo quer passar esse projeto à toque de caixa também", disse.

Essencial é que idade mínima de 65 anos seja mantida na reforma, diz IFI

07/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal divulgou relatório nesta segunda-feira, 6, alertando que o Congresso precisa manter a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria na proposta de Reforma da Previdência em tramitação na Câmara dos Deputados. Sem a fixação dessa idade, disse o diretor executivo da IFI, Felipe Salto, os efeitos da reforma nas contas públicas serão insuficientes.

Ele destacou que a reforma é crucial para viabilizar o teto de gastos. "O teto fica inviabilizado sem a reforma", alertou. "Se não houver reforma, acabou o teto de gasto. Esse é o recado. Não vai funcionar", acrescentou.

Aprovando a idade mínima, o ganho da reforma na redução do gasto previdenciário seria de 1,4 ponto porcentual do PIB no melhor ano dos efeitos da proposta, em 2041. Salto classificou de absurda a ideia de que não há déficit nas contas previdenciárias. "É balela dizer que não há déficit. Ele vai crescer e acelerar", previu.

Pelos cálculos da IFI, em 2030, 70% do Orçamento seriam usados para pagar a Previdência. "É preciso fazer alguma coisa", alertou.

Com PIB de 1%, corte previsto no Orçamento cairia para até R\$ 23,9 bi, diz IFI

07/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Se mantiver a previsão de alta de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017, o governo anunciará um corte entre R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões menor. Essa é a previsão do diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto. Com esse cenário, o corte de R\$ 38,9 bilhões previsto pela IFI no orçamento deste ano cairia para até R\$ 23,9 bilhões.

A previsão de 1% de alta do PIB é do Ministério da Fazenda, mas o Orçamento foi aprovado levando em conta uma previsão de 1,6% de crescimento. Segundo Salto, a probabilidade de a economia crescer 1,6% é muito baixa. Já a alta de 1% é baixa, mas pode acontecer.

"À boca pequena estão dizendo que vão fixar 1% de alta do PIB no Orçamento", disse. Salto alertou que, se essa estimativa não se concretizar, o governo terá que arcar com as consequências.

O risco é de anúncios de novos contingenciamentos ao longo do ano ou de revisão da meta. Para ele, o cenário de descumprimento da meta não é o mais provável. Pela pesquisa Focus do Banco Central, a possibilidade de o PIB crescer acima de 1% em 2017 é de apenas 7%, segundo destacou o diretor da IFI.

Na avaliação de Salto, o governo tem tido um "otimismo moderado" com o crescimento. Ele ressaltou, no entanto, que as receitas extraordinárias no Orçamento são sempre infladas e neste ano estão mais ainda. Segundo o analista da IFI, Gabriel Leal de Barros, as receitas extraordinárias previstas pela IFI para dimensionar o tamanho do corte foram de R\$ 35,6 bilhões.

Essa previsão leva em conta a repatriação de recursos não declarados no exterior, o programa de regularização tributária, receitas de antigos Refis, o IPO do IRB e da Caixa Seguridade e venda da BR distribuidora.

No Orçamento, a previsão dessas receitas é de cerca de R\$ 70 bilhões, destacou Barros. Já a previsão de concessões foi a mesma mantida no Orçamento, de R\$ 24 bilhões.

Alerta

A IFI alertou em relatório que o governo precisará fazer um corte expressivo no Orçamento da União para evitar uma expansão dos gastos em 2017. Pelos mais recentes cálculos da IFI, o governo colocou um pé no acelerador nos gastos no ano passado. Segundo Felipe Salto, a expansão fiscal, em 2016, foi de 1,8 ponto porcentual do PIB. "Em 2016, não houve ajuste fiscal. Pelo contrário, houve uma baita expansão fiscal", disse Salto.

Para 2017, a IFI projeta uma contração fiscal de 0,1 ponto porcentual do PIB se o governo fizer o corte de R\$ 38,9 bilhões nas despesas do Orçamento. "É uma contração moderada", disse Salto.

O tamanho do corte necessário para o cumprimento da meta foi mantido pela IFI nesse valor, apesar das informações de que o governo poderia fazer um corte mais reduzido. Se não houver esse corte, a IFI projeta uma expansão fiscal de 0,6 ponto porcentual do PIB em 2017.

O relator reforçou a importância do anúncio do corte expressivo e antecipou que, depois do anúncio do corte pelo governo, no próximo dia 22, a IFI divulgará um "termômetro" do contingenciamento mensal acompanhando com "lupa" a evolução do Orçamento. Ele destacou que, sem o corte, as contas do governo terão um déficit de R\$ 182 bilhões, acima da meta de R\$ 139 bilhões.

Para Salto, a economia brasileira ainda está em trajetória incipiente. Por isso, a IFI mantém previsão de 0,46% de alta do PIB em 2017.

"É arriscado manter projeção de alta do PIB de 1% no Orçamento", alertou Salto. Essa é a projeção oficial do Ministério da Fazenda. Para ele, não será trivial sair da recessão profundo pela qual passou a economia brasileira.

Justiça do Trabalho obriga governo a divulgar 'lista suja' do trabalho escravo

07/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Justiça do Trabalho, em Brasília, manteve decisão que obriga o governo a divulgar, nesta terça-feira, 7, o cadastro de empregadores que usam mão de obra análoga à escrava. No final da tarde desta segunda-feira, 6, o desembargador Pedro Luís Vicentin Foltran, da 11ª Vara, recusou pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para manter a chamada "lista suja" em sigilo.

"Impedir a divulgação do cadastro acaba por esvaziar, dia a dia, a política de Estado de combate ao trabalho análogo ao de escravo no Brasil", destaca texto da sentença. É a terceira vez, nos últimos três meses, que a Justiça decide pela liberação da "lista suja". Em dezembro de 2016, o juiz Rubens Curado aceitou ação civil do Ministério Público Federal para obrigar o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e a União a divulgarem o cadastro.

Essa decisão foi ratificada em janeiro por Curado. Na última sexta-feira, Ronaldo Nogueira, por meio da AGU, entrou com recurso para barrar a exigência de mostrar a lista. A assessoria do ministro não informou, até o momento, se ele cumprirá a nova sentença judicial.

Na semana passada, o ministro criou um grupo para discutir mudanças na portaria que estabelece as regras de divulgação da "lista suja". A medida de criação do grupo

foi considerada por auditores da própria pasta como uma estratégia para enfraquecer a política do cadastro dos que usam mão de obra em situação degradante.

Em acerto com Nogueira, a AGU usou a medida de criação do grupo para tentar convencer a Justiça a adiar a divulgação da "lista suja" em 120 dias. A Justiça, porém, não aceitou o argumento e determinou que o cadastro deve ser divulgado nesta terça-feira, como havia exigido em decisão anterior.

O desembargador Foltran ressaltou, no texto de sua decisão, que possíveis erros na divulgação de nomes no cadastro têm potencial "nocivo", mas, na avaliação dele, não há como conceber que a inclusão de nome de empresas na lista se dê de forma "inconsequente".

"Fosse assim, o próprio agente público estaria reconhecendo gravíssimas falhas em sua mais legítima atuação de modo a tornar duvidoso o resultado das ações engendradas para a erradicação do trabalho escravo."

Foltran defendeu a atuação das equipes de fiscalização do Ministério do Trabalho. "As atuações do órgão fiscalizador em relação à apuração do trabalho escravo são rígidas e os autos de infração somente são expedidos quando o processo administrativo de cada empregador foi analisado em todas as instâncias e possui decisão irreversível", destacou.

"A inclusão de um nome no cadastro constitui a etapa final de todo um procedimento fixado por normas específicas editadas, repita-se, pelo próprio Ministério do Trabalho, órgão da Administração Federal responsável e estruturado para apurar as denúncias de irregularidades e fiscalizar o trabalho em todo o território nacional."

PIB de 2016 deve ter queda de até 3,7% e confirmar pior recessão desde 1930

07/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Sem folga, a economia brasileira prosseguiu em recessão pelo segundo ano consecutivo, amargando queda de 3,60% em 2016, conforme mostra a mediana das expectativas coletadas pela pesquisa do Projeções Broadcast.

O intervalo das expectativas de 48 instituições para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2016 – de retração de 3,70% a 3,50% – mostra que não houve trégua e que o País enfrentou a pior recessão da história, já deixando uma herança estatística negativa para 2017. Confirmada a queda, o Brasil terá dois anos seguidos de recessão, o que não ocorre desde 1930-1931.

Em 2015, o quadro já fora ruim, quando houve declínio de 3,8% e, em 2014, o PIB cresceu apenas 0,5% – dado revisado após taxa positiva original de 0,10%. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga o PIB de 2016 nesta terça-feira, 7, às 9 horas, por meio das Contas Nacionais Trimestrais.

Os analistas avaliam que tanto os componentes da demanda quanto da oferta fraquejaram em 2016. A exceção, do lado da demanda, foram as exportações, que, conforme eles, podem ter impedido um declínio maior do PIB.

"O PIB deve ter tido desempenho negativo generalizado, com destaque para a continuidade do enfraquecimento do consumo e do investimento. Apesar disso, esperamos leve alta do PIB neste trimestre, impulsionada, principalmente, pelo crescimento da atividade agropecuária", pondera o Bradesco em relatório, ao prever queda de 3,60% para o PIB em 2016.

O economista Marco Caruso, do Banco Pine, é um dos que aguardam expansão somente no setor externo, de 2,5%. A projeção, contudo, é inferior ao crescimento de 6,1% apurado em 2015.

Já o principal destaque negativo em 2016, de forma unânime entre os analistas, foram os investimentos, medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). As expectativas são todas de retração, depois de um ano já tendo registrado declínio de 14,1%.

“O PIB deve confirmar números bastante negativos para 2016, como a FBCF, que deve ter apresentado queda de 10,6% no ano, terceira consecutiva, o que implicará recuo de 26% no triênio”, analisa o economista Luiz Castelli, na página on line da GO Associados.

Ainda sob a ótica da demanda, Caruso, do Pine, acrescenta que espera quedas de 4,2% no consumo das famílias, após variação negativa de 4,0%; de 0,9% nos gastos do governo (de -1,0%); de 10% na FBCF; e baixa de 10,5% nas importações.

Já do lado da oferta, o Pine aguarda retração de 6,5% no PIB da Agropecuário, ante alta de 1,8% no ano anterior, recuo de 3,8% na indústria (de -6,2%) e declínio de 2,6% no segmento de serviços (de -2,7%). Para o PIB, calcula taxa negativa de 3,5% em 2016.

A despeito de estimar um tombo de 3,7% para o PIB industrial de 2016, o que levará o dado para um recuo acumulado de 11,2% no último triênio, Castelli, da GO Associados, pondera que já vê indícios de melhora. “Apesar desses dados negativos para o último trimestre de 2016, a perspectiva é que o País saia da recessão neste primeiro trimestre, quando deve apresentar alta de 0,3% em relação ao quarto trimestre do ano passado. Para o ano, a projeção é de alta de 0,8%”, adianta.

Diretores do BC reafirmam antecipação do ciclo de distensão monetária

07/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os diretores do Banco Central reafirmaram nesta segunda-feira, 6, em reunião com economistas no Rio de Janeiro, que o atual cenário econômico “prescreve antecipação do ciclo de distensão da política monetária”. A afirmação consta em nota publicada sobre o encontro com economistas, cujo texto trouxe os principais pontos da fala dos diretores no Rio.

Segundo a nota divulgada pela assessoria de imprensa do BC, o cenário básico do Comitê de Política Monetária (Copom) “prescreve” a antecipação do ciclo diante das “expectativas de inflação ancoradas, projeções de inflação na meta para 2018 e marginalmente abaixo da meta para 2017, e elevado grau de ociosidade na economia”. Esse entendimento, nota o BC, já havia sido comunicado ao mercado na ata da reunião de fevereiro do Copom e também nos documentos relacionados ao encontro anterior, realizado no início de janeiro.

Cenário de referência

Na mesma reunião, o BC voltou a defender a exclusão das projeções do cenário de referência no comunicado divulgado logo após a reunião de fevereiro do Copom. Os diretores da instituição defenderam a exclusão dessas estimativas com juro e câmbio constantes pela “relevância das diferentes hipóteses” de acordo com o momento econômico.

“A divulgação de projeções condicionais de inflação nos cenários produzidos pelo Copom faz parte da sua comunicação.

A relevância das diferentes hipóteses subjacentes às projeções varia com o estado da economia e com o momento do ciclo de negócios e da política monetária”, argumentaram os diretores do BC. “Dessa forma, o Copom pode decidir enfatizar projeções sob determinado conjunto de hipóteses que são mais informativas em determinado momento.”

Diante dessa avaliação, os diretores do BC defenderam que a “exclusão das projeções no cenário com taxas de juros e câmbio constantes do Comunicado da 205ª reunião do Copom foi decidida com base nesse princípio”. “Esse cenário, como os outros, continuará sendo divulgado nos Relatórios de Inflação”, citaram os diretores da casa.

Preços

Os diretores do Banco Central defenderam também na reunião que, com as expectativas de inflação ancoradas, o trabalho da casa poderá se concentrar em evitar que ajustes de preços gerem efeitos secundários na inflação – seja para cima ou para baixo.

“O ambiente com expectativas de inflação ancoradas permite ao Copom se concentrar em evitar possíveis efeitos secundários de ajustes de preços relativos que possam ocorrer ao longo do tempo”, cita a nota. “Essa prescrição é simétrica – ou seja, vale para choques favoráveis ou adversos sobre a inflação. Em particular, isso se aplica ao choque de oferta favorável nos preços de alimentos”, destaca o texto divulgado pelo BC.

Juro neutro

Os diretores do Banco Central voltaram a frisar que o juro neutro no Brasil depende de vários fatores e essas estimativas sobre o patamar da taxa estrutural “invariavelmente envolvem elevado grau de incerteza e, por isso, necessariamente envolvem julgamento”. O juro neutro, porém, não é o único fator que determinará a extensão do ciclo de afrouxamento monetário em curso, notam os diretores.

Em nota sobre a fala dos diretores do BC em reunião com economistas no Rio de Janeiro, a instituição cita que os membros do Copom frisaram que “as estimativas da extensão do ciclo de flexibilização monetária em curso dependem não apenas da trajetória vislumbrada para a taxa de juros estrutural da economia”. Esse ciclo também será influenciado pela “evolução da atividade econômica, dos demais fatores de risco mencionados na decisão da 205ª reunião do Copom, e das projeções e expectativas de inflação”.

Na ata da reunião divulgada na semana passada, o Copom citou que o juro neutro depende de fatores como “crescimento da produtividade da economia, perspectivas para a política fiscal, qualidade do ambiente contratual e de negócios, eficiência na alocação de recursos via sistema financeiro e qualidade das políticas econômicas”. Segundo a agenda do BC, participaram do encontro os diretores Carlos Viana de Carvalho (Política Econômica) Tiago Couto Berriel (Assuntos Internacionais) e Reinaldo Le Grazie (Política Monetária).

Expectativa de arrecadação para o ano é positiva, diz Rachid

07/03/2017 – Fonte: GS Notícias

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, diz que considerou bom o resultado da arrecadação em janeiro e tem expectativa positiva para o ano. “A economia já começa a reagir e o ministro da Fazenda [Henrique Meirelles} já disse que do último trimestre para o último trimestre deste ano já teremos crescimento positivo da economia. Estamos confiantes na retomada em relação ao ambiente em que estamos vivendo.”

Rachid reconhece que a arrecadação federal total de janeiro foi positiva por conta do desempenho dos royalties. Ele salienta, porém, que a variação negativa no mês, considerando somente as receitas administradas, foi em torno de 0,7%.

"Praticamente empatamos, com 0,7%, 0,75% negativos. Nós vínhamos num patamar de 7% negativos." A expectativa, segundo ele, é a de que no segundo semestre, "antes até", haja uma melhora na economia como um todo. LEIA MAIS Deputados acertam mudança na anistia Ilan e Hamilton, os artilheiros de Henrique Meirelles Temer se reúnem com Meirelles em São Paulo.

As declarações foram dadas ontem em evento de divulgação do programa "Empreenda Fácil", da Prefeitura de São Paulo, que promete reduzir de 100 para até sete dias a abertura de empresas de baixo risco. Participam do programa também órgãos federais e ligados ao governo estadual de São Paulo.

Demanda por serviços tem leve melhora

07/03/2017 – Fonte: GS Notícias



A demanda mostrou sinais de recuperação em fevereiro e o volume de entrada de novos negócios de serviços no Brasil cresceu pela primeira vez em quatro meses, aliviando o ritmo de contração do setor, segundo a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgada nesta segunda-feira.

De acordo com o relatório, no mês passado, o PMI de serviços subiu a 46,4 de 45,1 em janeiro, permanecendo em território de contração pela 24ª vez seguida. Ainda assim, esse é o nível mais alto desde março de 2015, destacando uma taxa mais lenta de retração.

"(As) empresas continuam a sofrer com a recessão econômica. Entretanto, houve pontos promissores nos últimos números, que indicam que uma estabilização pode estar próxima", afirmou a economista do IHS Markit, Pollyanna De Lima, por meio de nota.

Das seis categorias monitoradas, quatro apresentaram queda no volume de produção, sendo as exceções a de Hotéis e Restaurante e a de Intermediação Financeira.

O informe esclarecia ainda que o resultado do PMI está centrado na melhora da demanda em fevereiro, garantindo o segundo crescimento no volume de novos trabalhos em dois anos - o primeiro desde outubro -, porém ainda de forma modesta. Emprego

Ainda assim, as tentativas de reduzir os custos levaram os fornecedores de serviços do Brasil a cortar o número de funcionários pelo 24º mês seguido, com um em cada cinco dos entrevistados relatando redução na folha de pagamento. A única exceção foi o subsetor de Hotéis e Restaurantes.

Em relação à inflação, os custos de combustíveis, eletricidade, papel, material de escritório e remédios foram destacados pelos entrevistados, mas ainda assim a inflação de insumos atingiu o nível mais fraco desde novembro de 2015. Tentando

estimular a demanda, as empresas de serviços reduziram novamente seus preços de venda em fevereiro, mas a taxa de desconto foi considerada apenas marginal.

O nível de confiança no setor de serviços melhorou em relação a janeiro, com quase 50 por cento dos entrevistados esperando aumento da atividade ao longo dos próximos 12 meses, em meio à expectativa de recuperação econômica e estabilidade política no país.

Outros indicadores

Em 2016, o setor de serviços vivenciou um tombo na casa dos 5%, no pior resultado da série iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entretanto, a melhora das expectativas levou ao avanço do Índice de Confiança de Serviços (ICS) do Brasil apurado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) pelo segundo mês seguido em fevereiro.

O PMI da indústria também mostrou que a contração no setor perdeu força em fevereiro, e com isso o PMI Composto chegou à máxima de 23 meses de 46,6, ante 44,7 em janeiro.

A marca sempre é o maior valor de uma empresa

07/03/2017 – Fonte: GS Notícias

O Jornal do Comércio e a QualiData Pesquisa e Conhecimento Estratégico divulgarão, hoje, as marcas mais lembradas e as preferidas, na 19ª edição do Marcas de Quem Decide.

O levantamento tem um universo estimado de 300 mil gestores de negócios, com 526 entrevistas, nos 47 principais municípios do Rio Grande do Sul, entre 17 de outubro e 22 de dezembro de 2016. A pesquisa traz várias novidades neste ano, tornando-se ainda mais multiplataforma. Isso porque as empresas estão cada vez mais conectadas.

Justamente quando a economia nacional dá sinais - pequenos, mas positivos - de que está ocorrendo uma lenta recuperação, é importante saber sobre esta pesquisa. Afinal, é o mais abrangente indicador de lembrança e de preferência de marcas realizado no Rio Grande do Sul.

Trata-se do único estudo que investiga simultaneamente os níveis de lembrança e de preferência de marcas de diferentes setores da indústria, do comércio e dos serviços. A pesquisa revela o pensamento e o comportamento de compra de um público economicamente qualificado e com alto poder de influência e de decisão.

Processo de flexibilização deve diminuir custo de crédito, diz Ilan

07/03/2017 – Fonte: GS Notícias

O presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, disse na noite desta segunda-feira (6) que o processo de flexibilização monetária, em conjunto com reformas microeconômicas para aumentar a eficiência e a produtividade da economia, deve contribuir para a queda do custo de crédito.

Durante discurso feito em cerimônia na qual recebeu um prêmio da Universidade Hebraica de Jerusalém, Goldfajn considerou ainda que um sistema financeiro mais eficiente e com mais crédito livre tende a aumentar a potência da política monetária.

Em meio ao novo ciclo de cortes na taxa básica de juros (Selic), o presidente do BC considerou que a maior eficiência do sistema financeiro reduz a necessidade de movimentos mais bruscos da taxa de juros ao longo do ciclo monetário.

Nesse ponto, ressaltou as medidas anunciadas dentro da agenda de trabalho BC, que, entre outros objetivos, visam a atualizar as regras de atuação da instituição, ampliar a eficiência dos bancos e reduzir o custo das intermediações financeiras.

Os apontamentos lidos por Goldfajn no discurso foram publicados no site do BC. O presidente da autarquia alertou durante o evento que o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos levará a condições de financiamento menos favoráveis para as economias emergentes.

BC/Ilan: reformas serão decisivas para a sustentabilidade da desinflação

07/03/2017 – Fonte: GS Notícias

O presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, disse na noite desta segunda-feira (6) que a aprovação das reformas, em especial a da Previdência, será decisiva para a sustentabilidade da desinflação, bem como para a queda da taxa de juros estrutural da economia.

Durante discurso feito no centro da capital paulista, cujos principais tópicos foram divulgados no site do BC, Ilan destacou que as reformas e ajustes econômicos aumentaram a confiança e reduziram a percepção de risco em relação ao Brasil.

O presidente da autarquia responsável pela política monetária reafirmou que quanto mais o País perseverar nas reformas e ajustes, mais rápida será a recuperação econômica, com geração de emprego e renda. Combinada a outros esforços do governo, a flexibilização monetária - ou seja, a redução dos juros - deve contribuir para a retomada do crescimento, afirmou.

Ilan repetiu ainda que o trabalho do governo e do BC tem sido efetivo nos últimos meses em conter a inflação e ancorar as expectativas. Nesse ponto, lembrou que a inflação acumulada em doze meses caiu de 10,7% em dezembro de 2015 para 5,3% em janeiro de 2017.

"As expectativas para a inflação ao final de 2017 vêm declinando consistentemente e se encontram em 4,4%. Para 2018 e horizontes mais longos, as expectativas para a inflação dos analistas permanecem ancoradas em 4,5%, meta atual", afirmou o titular do BC, segundo os apontamentos divulgados. "É importante ancorar as expectativas antes de iniciar o ciclo de flexibilização monetária", acrescentou.

Índice de serviços do Brasil sobe para 46,4 pontos

07/03/2017 – Fonte: GS Notícias

O índice de atividade dos gerentes de compra (PMI, na sigla em inglês) do setor de serviços do Brasil subiu para 46,4 pontos ante 45,1 pontos em janeiro, segundo dados da provedora Markit. Com isso, o PMI composto, que considera também o setor industrial, avançou para 46,6 pontos ante 44,7 pontos em janeiro.

Segundo relatório da Markit, a melhora modesta no setor de serviços surpreendeu, visto que os dados preliminares "indicavam que as condições de negócios no setor de serviços do Brasil permaneceram desafiadoras" em fevereiro.

"Porém, a demanda mostrou sinais hesitantes de recuperação, com o volume de entrada de novos negócios aumentando pela primeira vez desde outubro de 2016", diz o relatório.

Veja diferenças entre fazer um plano de negócios e um plano de expansão

07/03/2017 – Fonte: GS Notícias

Retomando o trabalho após as férias, o Plano de Negócios responde a uma das perguntas enviadas por leitor que chegou a partir da página do blog no [Facebook](#).

Direto de Angola, D.S.V.D. quer saber qual a diferença na elaboração de um plano de negócios de uma empresa nova e um plano de continuidade, de empresa que já está no mercado e busca expansão.

Para respondê-lo, foram usadas informações fornecidas pelo consultor do Sebrae-SP Fabiano Nagamatsu.

Segundo Nagamatsu, a alta competitividade do mercado torna fundamental realizar um bom planejamento antes da abertura de um empreendimento ou em momento de possível expansão do negócio.

As estruturas dos planos para começar e expandir um negócio são semelhantes. Os dois devem contar com estudos de mercado, Plano Financeiro, Plano Operacional e de Controle. O conteúdo dessas partes do plano de negócios será detalhadas nas próximas semanas.

A principal mudança é que a experiência adquirida pelo empreendedor enquanto gerencia sua empresa ajuda na hora de elaborar o planejamento para a expansão. Isso porque, quando pense em crescer seu empreendimento, ele já tem mais contatos no mercado e conhecimentos práticos sobre o funcionamento de seu setor do que quando inicia um empreendimento novo.

Veja diferenças apontadas pelo consultor:

1) Análise de tendências

O que é: estudo de mercado: clientes, concorrentes e fornecedores)
Diferença: Na abertura da empresa, o estudo é um pouco limitado, pois o empresário possui menos "networking" em seu mercado. Na expansão, esses contatos já foram conquistados e haverá mais fontes de informação para o estudo.

2) Estrutura física da empresa

O que é: Definição de qual será o investimento necessário para iniciar a empresa ou expandir o negócio

Diferença: O momento de expansão tem algumas facilidades, mais pois o empresário tem no momento de fazê-lo uma melhor análise de rotinas, procedimentos e necessidade atual

3) Projeções financeiras

O que é: Expectativa de qual será o desempenho financeiro da empresa

Diferença: Na abertura, as projeções devem ser baseadas em médias de mercado ou em "benchmark" (no caso, observação de resultados obtidos por outras empresas). Na expansão, ter um bom controle sobre o desempenho da empresa e experiência ajudam a ter uma projeção que ofereça mais segurança na hora de fazer o investimento.

Consolidação na siderurgia deve ser algo pontual

07/03/2017 – Fonte: GS Notícias

A crise global do aço, seus efeitos no mercado interno e a fraca demanda no Brasil em decorrência da recessão econômica finalmente inauguraram um capítulo de consolidação mais aparente na siderurgia nacional. A primeira grande transação do

setor, a união dos ativos de aços longos de Votorantim e ArcelorMittal, foi acertada no fim do mês passado. Para fontes, é possível que mais operações sejam realizadas, mas pontualmente.

Segundo um especialista do setor, que não quis se identificar, é no segmento de longos que reside o maior potencial de fusões e aquisições, como foi o caso com Arcelor e Votorantim. Entre as fabricantes de planos, o mercado já está bem delimitado, com Usiminas na liderança, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em segundo lugar e a própria Arcelor em terceiro.

LEIA MAIS Votorantim e ArcelorMittal Brasil vão unir negócios de aços longos Mercado está otimista com retomada da siderurgia em 2017 Demanda tem leve sinal de recuperação "No caso da Usiminas, não há caixa disponível nem entendimento dos controladores para realizar uma operação do tipo", aposta a fonte.

"A CSN já sofreu um revés no Cade [Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência] quando quis fazer parte do capital da Usiminas e Tubarão [unidade da ArcelorMittal] não precisa da consolidação, é uma das usinas mais rentáveis do país." Fusões e aquisições geralmente se tornam mais frequentes e necessárias dentro de um mercado deprimido.

No ano passado, o consumo aparente de produtos siderúrgicos, um indicador do Instituto Aço Brasil que agrega tanto produtos nacionais quanto importados, caiu 14,4%, para 18,2 milhões de toneladas, depois de já ter recuado 16,7% em 2015. Já são três anos consecutivos de retração, caindo 35% ante o pico observado em 2013.

Mas, em vez de consolidação, o que se viu foi um setor mais fragmentado. Desde essa máxima de demanda por aço no país, a capacidade instalada cresceu em cerca de 4 milhões de toneladas, principalmente com a entrada em operação da fabricante de placas Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) - que destina a maioria de sua produção ao exterior -, mas também com usinas menores, como da mexicana Simec; a Aço Verde do Brasil (AVB), do grupo Ferroeste; e a Siderúrgica Latino-americana (Silat), da espanhola Hierros Añon. Para o especialista consultado pelo Valor, é aí que aparece a maior chance de consolidação.

Simec, AVB e Silat estão envolvidas na produção de aços longos e, segundo ele, "têm rentabilidade muito baixa no mercado atual". "O que eu vejo é um potencial de consolidação dos entrantes menores, que sofrem muito em um mercado que esperavam estar muito melhor atualmente quando investiram lá atrás", disse. "Precisarão até se mexer para conseguir alcançar a nova Arcelor/Votorantim."

Segundo a consultoria Dealogic, somando-se siderurgia e metais, foram movimentados apenas US\$ 350 milhões no Brasil em 2016, 68,5% a menos do que em 2015. Foram 15 negócios no total, contra 14 no ano anterior. Só no primeiro semestre de 2017 até agora, o valor soma US\$ 1,58 bilhão, com a compra da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), da Thyssenkrupp, pela ítalo-argentina Ternium.

Desde que se intensificou a crise no mercado interno, em 2014, foram US\$ 3,04 bilhões em fusões e aquisições, contra US\$ 20 bilhões na União Europeia. André Gerdau Johannpeter, presidente da siderúrgica gaúcha que leva o nome de sua família, lembrou a jornalistas na semana passada que o movimento de consolidação é um fenômeno global para o setor.

Mas para ele, na China é que está o maior foco nesse sentido, sendo que no Brasil o ritmo ainda segue lento. No início do ano, antes dos negócios de Arcelor/Votorantim e Ternium/CSA, François Santos, sócio da consultoria A.T. Kearney no Brasil, disse ao Valor que hoje a siderurgia é menos visada em movimentos de consolidação porque

não é mais tão considerada estratégica. A Inglaterra, por exemplo, desistiu de aço bruto e vai focar apenas em aços especiais. Excetuando-se China e Estados Unidos - este último com expectativa positiva por conta da postura protecionista do presidente Donald Trump -, o foco mudou para maior valor agregado.

Essa menor importância foi observada mesmo nos EUA pré-Trump. No ranking de setores mais movimentados em fusões e aquisições, a produção de aço ficou em média abaixo do décimo lugar durante os últimos dois anos, mostra levantamento da firma de inteligência FactSet. Mesmo assim, percebe-se aumento no número de operações em 2016 sobre 2015, em 32% para 33 no total.

O valor das transações, ao mesmo tempo, denuncia a relevância menor: queda de 6,5%, para US\$ 1,3 bilhão. A conta desconsidera o ponto fora da curva de quando Warren Buffett pagou US\$ 35,58 bilhões pela Precision Castparts - fabricante de produtos siderúrgicos, não aço bruto ou laminados.

O mundo dispõe de capacidade em excesso em cerca de 800 milhões de toneladas atualmente, a maioria advinda da China. Por lá, o governo decidiu reduzir o parque em 150 milhões de toneladas até 2020 e está patrocinando a união de Baosteel e Wuhan Iron & Steel, o que formará uma siderúrgica capaz de concorrer de perto com a ArcelorMittal, líder mundial.

"Não fizemos nada para resolver o excesso de capacidade em 2016", cravou em janeiro ao Valor o especialista em siderurgia John Lichtenstein, da consultoria Accenture. "Mas eu vejo a aparente intensificação dos esforços e da atenção dos chineses sobre a questão como muito boa", completou.

SP promete abrir empresa em sete dias a partir de abril

07/03/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A Prefeitura de São Paulo anunciou parceria com o Estado de São Paulo e a União para permitir abertura de empresas em sete dias.

O processo será feito em sua maior parte pela internet e passa a funcionar a partir do dia 24 de abril.

Chamado de Empreenda Fácil, o programa beneficiará quem quer abrir negócios considerados de baixo risco e que não precisem de autorizações especiais, fornecidas por órgãos como Cetesb (licença ambiental) e Bombeiros.

De acordo com a prefeitura, a categoria engloba 80% das empresas da cidade.

A meta da prefeitura é que o prazo de abertura chegue a dois dias no ano que vem.

O relatório "Doing Business", do Banco Mundial, aponta que o prazo de abertura de empresas na cidade é atualmente de 101 dias –a média nacional é de 79.

A simplificação do processo acontece devido a integrações tecnológicas entre órgãos que permitem que a informação enviada uma vez a partir da internet seja compartilhada entre eles.

Além disso, a parceria prevê mudança no processo de fiscalização das informações fornecidas.

Elas serão entendidas como verdadeiras e a fiscalização será feita a posteriori, o que permitirá maior agilidade, explica Márcio França (PSB), secretário de Desenvolvimento Econômico e vice-governador de São Paulo.

Caso perceba-se fraudes em algum documento, os responsáveis podem sofrer sanções tributárias e penais, diz.

Sistemas para agilizar a abertura de empresas vêm sendo desenvolvidos desde 2015, quando a RedeSim, iniciativa do governo federal, foi lançada em Brasília.

Estados como Acre, Ceará, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Roraima vêm implantando o sistema, em parceria com o Sebrae.

Toyota vê aumento de 5% em vendas na Europa em 2017 com foco em modelos híbridos

07/03/2017 – Fonte: UOL Economia

A Toyota Motor espera aumentar neste ano as vendas na Europa em 5 por cento, para 975 mil unidades, bem como manter uma participação de mercado de cerca de 5 por cento, com a ajuda da popularidade dos veículos híbridos, disse o diretor regional da montadora, Johan van Zyl.

Segundo ele, as vendas de automóveis híbridos cresceram 40 por cento na Europa no ano passado, respondendo por 32 por cento do total comercializado na região. Para a Toyota, o mercado europeu compreende 56 países, incluindo Israel, Rússia e Turquia. "Estamos a caminho de atingir nossa meta de ter 50 por cento do nosso mix em híbridos até 2020", disse Van Zyl a jornalistas.

O executivo afirmou ainda que a perspectiva para os negócios da Toyota na Europa é afetada pelas próximas eleições na região, pela saída ainda pendente do Reino Unido da União Europeia e por persistentes dificuldades nos mercados russo e turco.

Ele espera que as vendas de automóveis como um todo na Europa cresçam 1 por cento em 2017. De acordo com o executivo, uma eventual melhora na parte ocidental do mercado europeu deve ser compensada por um desempenho mais fraco no Reino Unido. Há, no entanto, expectativa de alguma recuperação na Rússia.

Van Zyl comentou ainda que a compra da Opel pela PSA, anunciada na segunda-feira, não deve afetar sua estratégia de negócios. O acordo entre PSA e General Motors tornará a montadora francesa a segunda maior da Europa, depois da alemã Volkswagen.

"Não temos intenção no momento de alterar qualquer dos nossos planos em relação ao modo como competiremos na indústria, temos uma estratégia muito clara", afirmou o executivo. Segundo ele, a Toyota seguirá focada nos segmentos A, B e C, mantendo os modelos híbridos como diferencial.

GM muda foco para ser menos global, mas mais rentável

07/03/2017 – Fonte: UOL Economia

O acordo da General Motors para vender suas operações europeias ao grupo francês PSA dobrou as apostas de que a empresa norte-americana poderá ganhar sendo menos global e mais rentável em uma indústria automotiva cada vez mais dependente de software e serviços.

Sem a marca alemã Opel e a britânica Vauxhall, a GM no ano passado teria vendido cerca de 8,8 milhões de veículos, muito atrás da Volkswagen e da japonesa Toyota na corrida pela liderança mundial no setor.

A Opel e a Vauxhall combinadas venderam quase 1,2 milhão de veículos e geraram 18,7 bilhões de dólares em receita em 2016, cerca de 11 por cento do total da GM.

No entanto, toda a atividade da GM na Europa - os investimentos em novos projetos de modelos e motores mais limpos, os esforços para tornar as fábricas mais eficientes e os salários pagos a 38.000 funcionários - só geram perdas desde 1999.

A GM informou na segunda-feira que se não tivesse a Opel no ano passado e tivesse usado os 2 bilhões de dólares que a separação da unidade do resto do grupo vai liberar de suas reservas de caixa para recomprar ações, o lucro por ação teria aumentado 5 por cento, embora a receita seria 10 por cento menor.

Enquanto isso, o negócio na América do Norte tem crescido. As operações no mercado doméstico da GM renasceram como uma empresa menor devido em parte ao processo de recuperação liderado pelo governo dos EUA em 2009, com menos marcas, menos revendedores, menos funcionários e muito menos dinheiro devido a credores e aposentados.

Desde 2009, a gasolina barata tem impulsionado um boom nas vendas de segmentos lucrativos como o de caminhonetes e utilitários esportivos, elevando as margens do lucro antes de impostos da GM norte-americana para pouco acima de 10 por cento em 2016.

Para manter a máquina de lucro norte-americana acelerada, a GM deve investir em novos utilitários e caminhonetes, assim como em tecnologia cara que permitirá ao grupo atender aos crescentes objetivos governamentais de economia de combustível.

A decisão da GM de se afastar da Europa Ocidental destaca duas mudanças profundas desde 2009, quando a montadora não conseguiu vender a Opel para um grupo liderado pela canadense Magna International. A primeira é a China, agora o maior mercado de automóveis do mundo, com cerca de 28 milhões de veículos vendidos em 2016 e mais crescimento previsto por vir.

Além disso, também desde 2009 as montadoras começaram a correr para transformar carros em dispositivos elétricos inteligentes que são pagos por quilometragem em vez de comprados em planos de financiamento.

Questionada no mês passado se a GM precisava de uma reestruturação mais radical para impulsionar o preço de sua ação, a presidente-executiva da GM, Mary Barra, disse que "a maneira pela qual estamos investindo no futuro, que eu acho que é uma grande oportunidade, com o transporte como serviço" e "a oportunidade que tecnologia tem para transformar esta indústria" poderia mudar como a avaliação dos investidores sobre as ações da empresa.

A pressão de investidores para GM entregar retornos maiores aos acionistas tem forçado decisões difíceis, disse Barra e outros executivos da montadora norte-

americana. A decisão de abandonar a Opel depois de quase 80 anos é a mais importante tomada até agora e o sucesso ou fracasso da aposta poderá definir seu legado.

10 etapas simples para ampliar o desempenho na usinagem

07/03/2017 – Fonte: Usinagem Brasil

Todas as empresas de usinagem executam a mesma tarefa: conversão de matéria prima em peças acabadas. Os produtos devem ser usinados no nível especificado de qualidade, na quantidade necessária e entregues no prazo desejado. Considerações sobre sustentabilidade e problemas ambientais também devem ser resolvidas. Para se manter competitivas e lucrativas, as empresas buscam continuamente maneiras mais econômicas e produtivas de realizar seu trabalho.

O maior exemplo atualmente desses esforços de melhorias do processo é chamada "Indústria 4.0" - estratégia e táticas que integram as modernas tecnologias de aquisição de dados, armazenamento e compartilhamento no processo de fabricação. A Indústria 4.0 é atualmente o nível máximo da evolução da fabricação, exigindo um forte comprometimento da gerência, de pessoal especializado e investimento significativo.

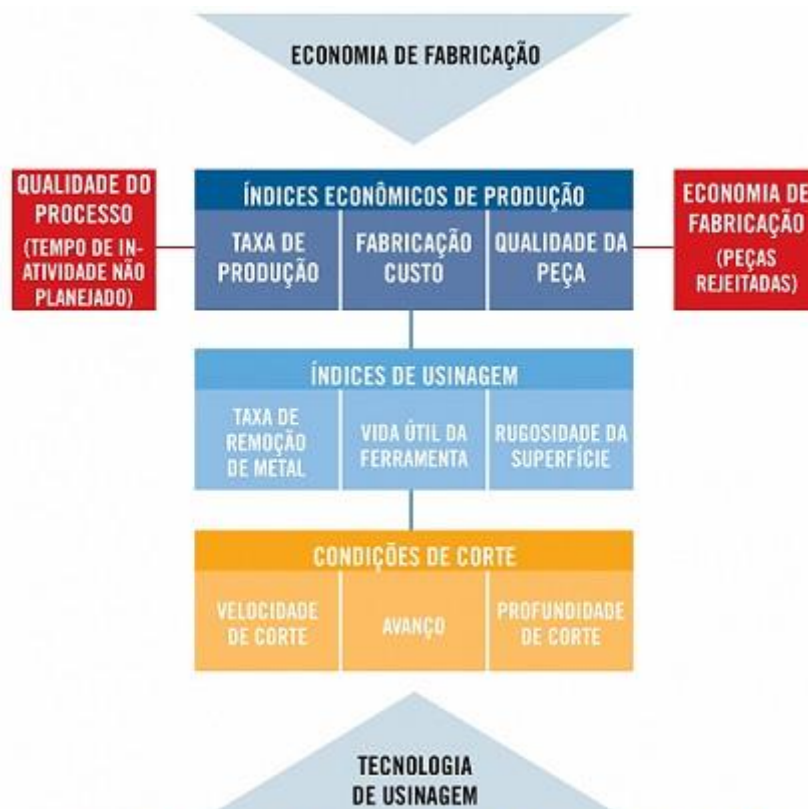


Figura 1: Modelo da produção totalmente integrada

Infelizmente, as empresas que não possuem os recursos dos gigantes da indústria mundial, como a General Electric ou a General Motors, podem achar que as melhorias de produtividade estão fora de seu alcance.

No entanto, análises e ações simples e econômicas podem ter grande efeito positivo sobre a produtividade de operações de empresas de pequeno a médio portes. Na verdade, antes de investir em novos computadores, robôs ou pessoal, qualquer empresa, grande ou pequena, deve executar a análise básica do processo e organizar os equipamentos e as práticas atuais. A realidade é que a informatização de operações de empresas desorganizadas resulta apenas em desordem informatizada.

Três fases e dez etapas simples - A organização das práticas das empresas começa com a visualização do processo de produção como três fases. A primeira se refere a uma fase de seleção, envolvendo escolhas de estratégia de corte, ferramentas e condições de corte. A próxima fase é a coleta, em que as ferramentas e estratégias selecionadas são agrupadas em um processo de usinagem. A terceira fase é a de realização, colocando o processo em ação.

Em grande número de casos, os resultados da fase 3 nem sempre atendem às expectativas e, determinadas etapas são necessárias para ajustar a realidade à preparação. As etapas podem ser de natureza técnica, como buscar maneiras de moderar as forças de corte ou tomar ações de economia para reduzir custos. Felizmente, existem dez etapas simples que permitem que uma empresa analise e melhore suas operações de metalurgia. São elas:

Controle inteligente do orçamento - Uma abordagem comum para fazer orçamento em operações de metalurgia é adquirir cada elemento do processo pelo preço mais baixo possível. No entanto, é melhor não basear a seleção da ferramenta somente no preço. Antes de discutir preços, uma empresa deve considerar os resultados finais desejados. Se uma peça de excelente qualidade e tolerância muito apertada for a meta, será necessária uma ferramenta de precisão de custo mais alto para usiná-la.

O custo do esforço com ferramentas de baixo valor excessivo para obter alta qualidade das peças e da produção são inaceitáveis e excederá a despesa com ferramentas de preço mais alto. Por outro lado, quando as exigências de qualidade são menos rigorosas, uma parte dos recursos das ferramentas de alta precisão será desperdiçada. O reconhecimento da meta final do processo é a primeira etapa nas decisões de compras com excelente custo/benefício.

Como lidar com restrições de forma inteligente - As operações de metalurgia do mundo real, em oposição a discussões baseadas em teoria, estão ligadas por restrições práticas que incluem a potência e a estabilidade da máquina e as demandas dos clientes relacionadas a dimensões e qualidade de acabamento da superfície. As condições de corte podem ser amplamente variadas, mas os efeitos de diferentes combinações de parâmetros nas forças de corte e no acabamento da superfície podem limitar algumas opções.

Entretanto, apenas reduzir os parâmetros de corte no geral não é uma forma inteligente de lidar com restrições do processo. Por exemplo, as modificações na profundidade de corte têm maior efeito sobre o consumo de potência da máquina do que as modificações na taxa de avanço. A combinação de redução das profundidades de corte e aumento da faixa de avanço pode melhorar a produtividade dentro da restrição da potência limitada da máquina.

Racionalização de aplicação da ferramenta - Considerando o grande número de geometrias, tamanhos e materiais de ferramentas disponíveis, as possíveis configurações de ferramentas de corte de metal são praticamente infinitas. As empresas metalúrgicas geralmente fazem as escolhas de aplicação de ferramentas em uma operação de cada vez, escolhendo uma ferramenta específica para criar determinada característica em uma peça e, em seguida, pegando outra ferramenta para usinar outra característica diferente.

Em um exemplo de caso, duas ferramentas separadas serão usadas para tornear um eixo e produzir uma ranhura larga com dois esquadrejamentos. Especificamente, uma ferramenta torneia o eixo para o diâmetro desejado e corta um esquadrejamento e a largura da ranhura, enquanto uma segunda ferramenta corta o outro esquadrejamento. Cada ferramenta é programada e otimizada separadamente, representando custos administrativos e de programação separados.

Uma estratégia contrastante de seleção da ferramenta é desenvolver uma ferramenta customizada altamente especializada que pode criar várias características em uma passada de usinagem. A estratégia é conveniente, mas o projeto e a fabricação de ferramentas especiais são dispendiosos.

Entre os dois extremos está uma abordagem que utiliza uma ferramenta standard projetada para executar mais de uma operação (ferramenta multidirecional). Um exemplo perfeito dessa abordagem é uma ferramenta MDT da Seco.

As características da ferramenta permitem que ela torneie o diâmetro, penetre para criar um esquadrejamento, mova-se ao longo do eixo para cortar a ranhura e seja retirada para formar o segundo esquadrejamento. Mesmo que essa ferramenta multidirecional não opere nos parâmetros de corte otimizados das duas ferramentas separadas, a economia em ferramenta, programação, tempo de troca de ferramenta e custos de inventário tornam a ferramenta multidirecional a escolha preferida.

Abordagem complexa de peças (tecnologia do grupo) - Em comparação com a técnica de aplicação de ferramentas que combinam duas ou mais operações, uma empresa pode escolher ferramentas que são capazes de criar características semelhantes em uma gama de peças. Uma empresa pode usinar uma ampla gama de peças diferentes, mas as peças compartilharão características comuns, como furos, ranhuras e superfícies fresadas.

Para agilizar a usinagem de peças complexas, uma empresa pode visualizar características similares como um grupo e escolher uma ferramenta otimizada para uma determinada operação, como furação, que é repetida em peças diferentes. A ferramenta otimizada maximiza a produtividade e também reduz o custo ao considerar o tempo de engenharia necessário para programar repetitivamente as ferramentas para cada peça separada. A abordagem da tecnologia do grupo ajuda a reduzir o inventário de ferramentas.



Figura 2: Diferentes critérios de seleção para ferramentas

Como obter a qualidade mínima funcional da peça - Embora o conceito inicialmente possa parecer estranho, as empresas devem estar cientes de que é necessário obter apenas a mais baixa possível qualidade da peça que atenda às especificações do cliente e aos requisitos funcionais.

Não há necessidade de exceder esses requisitos. Se a tolerância de uma peça for 5 microns, obter 3 microns será perda de tempo e dinheiro. Ferramentas de melhor qualidade e processos operacionais mais precisos serão necessárias para atingir a tolerância mais apertada. Porém, os clientes se recusarão a pagar pela melhor qualidade não solicitada, e o trabalho será uma proposta de perda de dinheiro para a empresa.

Alguns problemas de qualidade, como rebarbas, obviamente devem ser resolvidos. E existem situações em que as considerações de custos mais baixos são irrelevantes - as diferenças de custo de ferramenta de alguns Reais ou centavos são insignificantes quando comparadas ao valor de um grande componente aeroespacial de titânio que a ferramenta usará. Para maximizar a economia, o fabricante deve ajustar a qualidade da produção aos requisitos funcionais e de qualidade da peça.

Para ler a segunda e última parte deste artigo [Clique Aqui](#)

Volvo CE introduz produção compartilhada em Pederneiras

07/03/2017 – Fonte: Automotive Business



Linha de montagem da Volvo CE em Pederneiras produz carregadeiras e caminhões articulados ao mesmo tempo

A única fábrica da Volvo Construction Equipment na América Latina, localizada em Pederneiras (SP), adota o sistema de produção compartilhada, passando a montar em uma única linha e ao mesmo tempo carregadeiras e caminhões articulados. A ação a torna a única das 15 unidades da Volvo CE no mundo a possuir uma única linha dedicada a dois produtos diferentes.

“Fazemos parte da plataforma global industrial da marca. A inovação constante é muito importante para continuarmos a expandir e melhorar nossa atuação”, afirma Wladimir Garcia, vice-presidente e diretor-geral do complexo industrial da Volvo CE na América Latina.

Segundo o engenheiro de montagem, Alex Ikeda, o projeto permitiu diminuir em quase 10% o tempo de montagem das máquinas: “Reduzimos a complexidade de nossa fábrica, consolidando e melhorando a atuação das áreas de suportes, como engenharia, qualidade e logística”, afirma.

“Aumentamos nossa eficiência e melhoramos a capacidade instalada”, complementa Fernando Remoto, chefe de montagem da fábrica e um dos responsáveis pelo projeto.

A mudança também gerou ganhos ambientais. “A junção das linhas de produção também permitiu diminuir anualmente a emissão de 41 toneladas de CO₂, assim como economizar cerca de 120 mil kW de energia elétrica”, lembra Garcia.

Na mesma linha de Pederneiras estão sendo produzidos os caminhões articulados nos modelos A25G e A30G e as carregadeiras L60F, L70F, L90F, L110F e L120F. Além do setor de construção civil, eles são utilizados em obras de infraestrutura e mineração, além de pedreiras e reciclagem, ou mesmo na agricultura e na pecuária.

“Na prática, o benefício final é do cliente, que poderá receber sua máquina mais rápido, com um lead time reduzido”, observa o presidente da Volvo CE Latin America, Afrânio Chueire.

A fábrica de Pederneiras também é responsável pela produção de escavadeiras e compactadores, além de escavadeiras da marca SDLG, que pertence à Volvo CE, sendo

a única planta da companhia no mundo a produzir duas marcas no mesmo complexo industrial.

PSA Finance e BNP Paribas compram financeira da GM Europa

07/03/2017 – Fonte: Automotive Business

Além de comprar da General Motors todas as operações automotivas da Opel, o Grupo PSA também passará a controlar metade da financeira da GM na Europa, por meio de seu banco PSA Finance, que se associou com o BNP Paribas Personal Finance para adquirir, cada um, 50% do capital social das sociedades cativas de financiamento da Opel/Vauxhall.

O valor total declarado da transação é de € 900 milhões, a ser financiado com recursos dos próprios compradores (PSA e BNP), equivalente a 0,8 vez o valor contábil combinado de € 1,2 bilhão da instituição no fim de 2016.

Atualmente a financeira da Opel/Vauxhall atende cerca de 1,8 mil concessionárias das duas marcas em 11 países europeus, somando estoque de contratos ativos de € 9,6 bilhões no fim de 2016. As atividades da instituição incluem financiamentos de veículos e de concessionários, leasing e seguros.

“As operações de financiamento da Opel/Vauxhall são essenciais para o desenvolvimento das marcas. Estamos orgulhosos de unirmos nossas forças às do BNP Paribas, um banco parceiro europeu de primeiro plano, e estamos convencidos que nossas competências complementares farão com que essa nova parceria seja um sucesso”, declarou Carlos Tavares, presidente mundial do Grupo PSA, durante o anúncio de fechamento do negócio na segunda-feira, 6, na sede da companhia francesa em Paris, França.

“Essa parceria representa uma oportunidade única de reforçar a presença do BNP Paribas Personal Finance no mercado de financiamento automotivo, que é atraente e está totalmente alinhado com nossos objetivos estratégicos para 2020.

Enquanto banco parceiro de longa data do Grupo PSA, nós comemoramos essa colaboração com forte valor agregado em torno da Opel/Vauxhall. Vamos explorar positivamente nossas fortes complementaridades, para melhor servir as concessionárias e os clientes da Opel e apoiar as marcas Opel e Vauxhall”, afirmou Jean-Laurent Bonnafé, diretor geral do BNP Paribas.

Os conselhos de administração e fiscais de ambas as empresas (PSA e BNP) aprovaram o acordo de parceria. A operação deve estar concluída no quarto trimestre de 2017, sujeita ainda à aprovação das autoridades de regulação de mercado e antitruste.

Citroën projeta estabilidade em 2017 após 1º bimestre fraco

07/03/2017 – Fonte: Automotive Business



A queda nas vendas de veículos no mercado brasileiro pegou de surpresa alguns executivos das montadoras, que esperavam começar 2017 com números melhores do que os registrados no já muito fraco 2016. Paulo Solti, diretor geral da Citroën é um

dos integrantes desse grupo. "O resultado foi frustrante", admite, comentando os 282 mil veículos emplacados entre janeiro e fevereiro, número que representa baixa de 6,4% na comparação com o de igual período de 2016.

O executivo aponta que a projeção feita pela marca no fim do ano passado indicava que o mercado interno enfim voltaria a crescer este ano. "Trabalhávamos com cenário de aumento de 4% a 5% das vendas para 2017, para cerca de 2,1 milhões de unidades. A performance fraca do primeiro bimestre, no entanto, aponta para estabilidade, com o mercado no mesmo patamar do ano passado", projeta.

Segundo ele, dois fatores atrapalharam o esperado início da recuperação das vendas logo no começo do ano: falta de confiança na economia e escassez de crédito. Ele diz que, sem melhora palpável da situação do país, os consumidores permanecem com medo de perder o emprego e evitam, portanto, fazer investimentos importantes, como na compra de um carro novo.

Diante deste cenário, diz, os bancos seguem com a oferta de financiamentos retraída. Solti avalia que as vendas devem começar a crescer de fato só no segundo semestre do ano, com a tendência de convergir para o resultado estável até o fim de 2017.

No cenário de estabilidade, o executivo pretende alcançar sensível evolução para a **Citroën** no mercado nacional. Ele projeta a venda de 30 mil carros no país ao longo do ano. Ainda que seja sobre base fraca de comparação, o resultado representaria aumento importante de 22%. Com isso, Solti projeta que a marca encerre o ano com fatia de 1,3% das vendas nacionais.

Ford testa impressão 3D para aplicação futura em veículos

07/03/2017 – Fonte: Automotive Business



A **Ford** está testando o potencial da **impressão 3D** na produção de peças únicas e maiores, que podem ser utilizadas na construção de protótipos ou mesmo em seus veículos no futuro. O novo sistema de impressão 3D está localizado no centro de pesquisa e inovação na sede da montadora, em Dearborn, no Michigan (EUA): uma Stratasys Infinite Build 3D é capaz de imprimir peças para automóveis de praticamente qualquer forma ou comprimento, inclusive peças exclusivas para carros de corrida.

Um dos maiores benefícios da impressão 3D é a capacidade de produzir peças mais leves. Estes componentes impressos podem contribuir com a redução de peso dos carros, ajudando a melhorar a eficiência energética. Um spoiler impresso em 3D por, por exemplo, ter metade de seu peso se comparado à sua versão de metal fundido. Além disso, a montadora vê na impressão 3D uma oportunidade de maior personalização em seus modelos para o futuro.

"Com a tecnologia Infinite Build, agora somos capazes de imprimir peças, acessórios e componentes maiores, o que nos torna mais ágeis no desenvolvimento de projetos", afirma a líder da Ford para pesquisa em processos produtivos, Ellen Lee. "Estamos entusiasmados por ter acesso à nova tecnologia da Stratasys a fim de ajudar a orientar o desenvolvimento da impressão em grande escala para aplicações automotivas".

Embora a impressão 3D ainda não seja rápida o suficiente para a produção em grande escala, é uma forma mais econômica de fabricar peças de uso mais restrito e de baixos

volumes. Além disso, os componentes podem ser concebidos para funcionarem de forma mais eficiente, uma vez que não sofrem limitações causadas pelas pressões e restrições dos processos de produção em massa.

A tecnologia de impressão 3D está se tornando cada vez mais eficiente e acessível, com isto, empresas de diferentes setores, inclusive o automotivo, estão se utilizando dela para diferentes aplicações, seja na área aeroespacial, educação e até medicina. Segundo o Global Industry Analysts, até 2020, o mercado global de impressão 3D deverá atingir os US\$ 9,6 bilhões.